



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**2ª Câmara de Coordenação e Revisão**

**VOTO Nº 596/2013**

**PROCESSO MPF Nº 1.10.000.000237/2012-31** (2506-82.2012.4.01.3000)

**ORIGEM: 3ª VARA FEDERAL NO ACRE**

**PROCURADOR OFICIANTE: FERNANDO JOSÉ PIAZENSKI**

**RELATOR: OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA**

**INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C O ART. 62, IV, DA LC Nº 75/93. AMBIENTAL. CRIME DE DESMATAMENTO EM TERRA DE DOMÍNIO PÚBLICO (ART. 50-A DA LEI 9.605/98). ARQUIVAMENTO FUNDADO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA E ADUÇÃO DE AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO PARA PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.**

1. Inquérito policial instaurado para apuração da prática desmatamento, sem autorização, de área de unidade de conservação federal.
2. Promoção de arquivamento fundada no princípio da insignificância e na adução de prática de desmatamento em razão de agricultura de subsistência.
3. Discordância do magistrado.
4. Não se mostra razoável a aplicação do princípio da bagatela dada a relevância do bem jurídico tutelado e também inexistência de informação de que a prática de desmatamento tenha sido em razão de agricultura de subsistência.
5. Designação de outro membro do MPF para dar prosseguimento à persecução penal.

Trata-se de inquérito policial instaurado para apuração da prática desmatamento, sem autorização, de área de unidade de conservação federal, de 2,0 hectares, praticado por MANOEL ANTUNES FERNANDES.

O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento aplicando o princípio da insignificância e aduzindo a prática de desmatamento em razão de agricultura de subsistência.

A Juíza Federal discordou das razões invocadas para o arquivamento, em face da exigência constitucional de imposição de sanção penal e que também inexistem informações quanto à prática de desmatamento e plantio de mandioca, em razão de estado de necessidade.

Firmado o dissenso, os autos foram remetidos à 2ª CCR/MPF, nos termos do art. 28 do CPP c/c o art. 62, IV, da LC nº 75/93.

É o relatório.

Não é o caso de arquivamento do inquérito policial, com a devida vênia ao Procurador da República oficiante.

O arquivamento no atual estágio da persecução criminal, apenas seria admitido se existente demonstração inequívoca, segura e convincente de que o desmatamento ocorreu para assegurar a subsistência do desmatador e de seus familiares, com a agricultura no local.

Ademais, não se mostra razoável a aplicação do princípio da bagatela dada a relevância do bem jurídico tutelado.

Diante do exposto, voto pela designação de outro membro do Parquet Federal para prosseguir na persecução penal.

Encaminhem-se os autos ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Acre para cumprimento, cientificando-se o Procurador da República oficiante, com as nossas homenagens.

Brasília/DF,        de        de 2013.

**Oswaldo José Barbosa Silva**  
Subprocurador-Geral da República  
Membro Titular – 2ª CCR